

ÉTICA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA EVIDENCIADA NOS DISCURSOS APRESENTADOS NOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS E ESPANHÓIS

KATIUSA STUMPF*

RESUMO

O conjunto de representações discursivas acerca de temas relativos à Ética na produção científica brasileira e espanhola de Biblioteconomia e Ciência da Informação é o enfoque principal deste estudo que advém da análise de periódicos desses campos de conhecimento. Buscou-se conhecer os fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão ética na produção periódica brasileira e espanhola de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Metodologicamente foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, formulada por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. Conclui-se que a Ética é um tema pouco abordado nas fontes pesquisadas, embora se perceba a preocupação com o tema por parte de alguns profissionais da informação que escrevem e publicam sobre o assunto. As temáticas encontradas correspondem aos interesses da sociedade e aos profissionais da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Ética Bibliotecária. Moral e Biblioteconomia. Deontologia Profissional. Produção Científica Brasileira. Produção Científica Espanhola

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de trabalho de conclusão de curso “Ética nos periódicos brasileiros e espanhóis de Ciência da Informação e Biblioteconomia disponíveis no período de 1997 a 2006”, desenvolvido no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina em 2009. A temática é a mesma que já vinha sendo desenvolvida em etapas sucessivas, em dois períodos de pesquisa, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no período de 2007 a 2009. Essas pesquisas, também desenvolvidas pela autora deste trabalho e sob orientação do professor Francisco das Chagas de Souza, abordaram os seguintes temas: a Ética, a Moral e a

* Mestranda em Ciência da Informação – UFSC.

Deontologia Profissional como temática de interesse da produção científica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Na primeira etapa, de 2007 a 2008, foram estudados periódicos científicos brasileiros selecionados entre os disponíveis *online* e conforme a região brasileira em que são editados; na segunda etapa foram abordados os anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Tais pesquisas estabeleciam como objetivos conhecer os fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão da Ética, da Moral e da Deontologia Profissional na produção periódica brasileira editada no período de 1997 a 2006, bem como nas discussões realizadas em eventos profissionais no período de 1991 a 2007.

Nesta terceira etapa buscou-se uma fonte de informações proveniente de um país desenvolvido, para que fosse possível fazer uma análise comparativa com os dados dos periódicos científicos de um país ainda em desenvolvimento, o que corresponde ao caso da pesquisa de iniciação científica quanto aos periódicos brasileiros. Assim, foi selecionada a Espanha, por dispor de condições econômicas e sociais mais desenvolvidas em comparação com o Brasil. Uma vez delimitado o campo da pesquisa, foram estudados os fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão da Ética, da Moral e da Deontologia Profissional na produção periódica da Espanha editada no período de 1997 a 2006. Pretendeu-se formar um quadro de avaliação do comportamento dessa temática nesses dois países. Dessa forma puderam ser comparadas as produções periódicas do Brasil e da Espanha referentes ao tema norteador desta pesquisa.

A constatação da existência de poucos trabalhos publicados sobre Ética, Moral e Deontologia Profissional na Biblioteconomia e Ciência da Informação, conforme apontaram os resultados dos relatórios de iniciação científica mencionados, justificam a escolha do tema. Pode-se dizer que há carência de trabalhos publicados nesta área, indicando a necessidade de novos estudos, projetos e pesquisas sobre o temário.

A relevância da temática abordada também pode ser considerada como um motivo norteador. Apesar de estar pouco presente em periódicos científicos e anais de eventos da área, Ética, Moral e Deontologia Profissional são temas que têm merecido atenção em muitos setores da gestão social. Por seu caráter predominantemente prático, a ética faz parte das preocupações imediatas do atender bem e com qualidade, que se insere no cotidiano dos profissionais da informação. Os fenômenos que ocorrem no dia-a-dia das práticas de trabalho, ao exigir dos profissionais e de seus coletivos a definição de posturas de interação social, levam ao uso,

interpretação e produção de conhecimentos filosóficos e científicos sobre a Ética, a Moral e a Deontologia Profissional.

Visando a conhecer a discussão sobre a ética profissional bibliotecária em diferentes realidades socioeconômicas do mundo, objetivou-se comparar as tendências desse debate conforme apresenta a produção periódica do Brasil e da Espanha no período de 1997 a 2006. Para isso, os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram os seguintes:

- Levantar as representações da ética expressas em periódicos científicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Brasil e da Espanha;
- Identificar as ideias centrais, expressões-chave e ancoragens contidas no discurso dos textos;
- Resgatar os fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão ética presentes no discurso dos textos.

Certamente as informações e o conhecimento adquiridos e aqui expostos poderão contribuir na formação de profissionais da informação, por reunir dois ângulos significativos de sua atuação futura: o compromisso de prover acesso à informação aos usuários e o comprometimento com o melhor padrão de gerenciamento das unidades de informação nas quais atuarão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL: ÉTICA, MORAL E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

A palavra Ética provém do grego *Ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Por outro lado, a palavra “Moral” vem do latim *Mos* que significa “costume” (VÁSQUEZ, 1996). Segundo o autor, esse costume é resultado do valor dado às nossas atitudes; esse valor é conferido pelo homem na relação de uns com os outros. A Moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Portanto, originariamente, *Ethos* e *Mos*, “caráter” e “costume” assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito.

Para Souza (2002), a Ética está relacionada ao perceber-se e sentir-se com relação ao outro ser; em uma noção de existência humana que situa o homem como o conhecimento ou consciência de si próprio,

através do viver e do conviver, quando se realiza a construção de equilíbrio, resultante de luta e cooperação. Assim também surge, em meio a esse contexto, a questão do “obrigar-se”, considerando o fato de que prometer cumprir e cumprir os pactos acordados está na base do conviver.

Deontologia, conforme Vásquez (1996), é uma palavra de raiz grega que significa “a Ciência dos Tratados”. Segundo esse autor, refere-se ao ramo da Ética cujo objeto de estudo é o fundamento do dever, além das normas morais. É um dos dois ramos principais da Ética Normativa, juntamente com a axiologia. Conforme o mesmo autor, portanto, pode-se definir a Deontologia como o conhecimento dos deveres, tendo por base os juízos de aprovação ou desaprovação, do correto, do incorreto ou condenável, do bem ou do mal, tendo em conta oajuizamento real por parte da sociedade.

Atualmente a maioria das profissões tem o seu próprio Código de Ética Profissional, que é um conjunto de normas de cumprimento obrigatório, derivado da Ética, frequentemente incorporado à lei pública, sendo que o seu não cumprimento pode resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, como censura pública e suspensão temporária ou definitiva do direito ao exercício da profissão.

Segundo Francisca Rasche (2005) a profissão do bibliotecário é fundamentada, já nos primórdios da formação, em um Código de Ética, a chamada Deontologia Profissional. O trabalhador da área precisa ser especializado, pois a exigência por parte da sociedade é grande e a qualificação devida é, portanto, indispensável.

2.1 Correntes da ética contemporânea

Tratando as correntes da Ética Contemporânea, conforme apontam Manfredo Araújo de Oliveira et al. (2000) e Marcondes (2007), pode-se dizer que a Ética neo-aristotélica sustenta as ideias com o discurso racional da interpretação (não necessariamente comprovado pela ciência), mas buscando, também, a verdade racional. Depois da Segunda Guerra Mundial, ainda conforme Marcondes (2007) surgiram duas retomadas da filosofia prática (práxis) de Aristóteles, através de uma linguagem definidora de todo o relacionamento do homem com o mundo, fazendo relembra, ainda, a Ética de Platão (não doutrinária e sim dialética), ou seja, uma Ética que não é imposta. Ela é ensinada com o devido processo de auto-reflexão e com o questionamento dos valores relevantes à boa conduta dos homens.

Oliveira et al. (2000) aborda a teoria de MacIntyre que propôs uma nova Ética das virtudes, partindo do neonaturalismo e defendendo que há uma lista de virtudes estabelecidas de normas morais e de

obediência a estas. Neste ponto, observa-se que alguns autores divergem entre si quando se trata de definir “virtude”.

Analisando profundamente a filosofia de Heidegger, Zelico Loparic, em Oliveira et al. (2000), procura encontrar uma nova Ética, a Ética da Finitude, deixando de lado a sua visão metafísica das Éticas Tradicionais, Infinitistas. Ao detectá-la, percebe que a Ética Finitista de Heidegger não visa à eliminação racional dos males que tanto afligem este mundo. Considera que ela não é uma Ética do cuidar das privações dos indivíduos, mas sim, do existir humano. Essa Doutrina Ética questiona a ideia de tratar a dor do ser humano como se fosse uma dor intramundana que pode ser racionalmente eliminada.

Fundamentando-se em Lévinas e em seu pensamento contextualizado no século XX (duas guerras mundiais, abalo da tradição cultural do Ocidente...), Pergentino S. Pivatto, também em Oliveira et al. (2000), lembra que a filosofia de Lévinas relativa à Ética da Alteridade não apenas critica e denuncia os abusos da sociedade, mas também clama por uma nova Ética e um novo modo de vida mais justo e voltado para o bem comum. Assim, propõe o “humanismo do outro homem”, deixando de lado o individualismo e a Ética Filosófica Ocidental com suas ideias de disputa, solidão, egoísmo e luta para obter um “lugar ao sol” em meio ao sistema capitalista.

A Doutrina Ética do Utilitarismo, ainda de acordo com os textos em Oliveira et al. (2000), consiste na promoção da felicidade, do bem-estar dos seres humanos, assim como da diminuição da miséria e do sofrimento. Parte do pressuposto do Hedonismo e/ou Eudemonismo que entende como principal objetivo humano a busca do prazer e da felicidade. O Utilitarismo é considerado como uma Doutrina Ética Teleológica, por ter um determinado fim e/ou objetivo, uma Ética de cunho socialista que identifica a vida digna de ser vivida sem sofrimentos.

Sônia T. Felipe, em Oliveira et al. (2000), apresenta uma Doutrina Ética mais voltada para as questões sociais, a Teoria Ético-Política da Justiça. Trata, fundamentalmente, das funções sociais do Estado e, também, da busca de princípios para regular a atividade do setor público, assim como para nortear o debate político sobre a justiça. Com isso, visa a apontar os reais fatores que devem ser considerados, como por exemplo, as desigualdades sociais. Neste sentido, aborda o direito de liberdade para todos os cidadãos, considerando o princípio da equidade que traduz a exigência de se equilibrar responsabilidades sociais e econômicas na preservação da estrutura básica da sociedade, com melhores salários.

Quanto à Ética do Discurso, em Oliveira et al. (2000) considera-se que as pessoas pertencem a uma comunidade real de comunicação. O que deixa claro em que consiste a Ética do Discurso e o “lugar de destaque”

que ela ocupa na sociedade contemporânea. Assim, nos textos de Oliveira et al. (2000) surgem questionamentos tais como: É possível a existência de uma Doutrina Ética capaz de abranger tanta imoralidade? E em seguida é apresentado o seguinte argumento: É na tentativa de responder a este questionamento que a Ética do Discurso se propõe abranger dois grandes desafios. O primeiro provém da ciência e da técnica, é a capacidade e/ou necessidade de fundamentar uma responsabilidade universal e solidária neste mundo cada vez mais individualista. O segundo desafio ético provém do lado social, o desafio político.

Ainda em Oliveira et al. (2000), a Ética do Discurso é apresentada como aquela que destaca a linguagem como meio de todo sentido de validade, ao considerar que o ato da fala é que demonstra como a comunicação visa, essencial e originalmente, ao entendimento mútuo em dois níveis: o nível da intersubjetividade e o nível dos objetos de que se fala. Além disso, também é preciso abordar sobre as liberdades e os direitos do discurso, considerando que todo sujeito argumentante é livre e autônomo para levantar as pretensões que julgar necessárias e convenientes no seu pensar. Deve existir igualdade de direitos na argumentação e a liberdade de expressão numa argumentação sem domínio e sem violência.

Nessa cadeia doutrinária, conforme os textos de Oliveira et al. (2000) a Ética Intencionalista-Teleológica, diferentemente da Ética Deontológica, em que o dever independe do bem, coloca o bem como critério do correto, ou seja, nesta última, o bem por si só já é o correto. No entanto, é sabido que nem sempre isso é possível, afinal alguém pode fazer algo aparentemente correto a partir de motivos baixos, enquanto outro pode realizar o incorreto mesmo estando cheio das boas intenções.

Assim, averiguou-se que as Doutrinas Contemporâneas da Ética continuam a se sustentar na filosofia que se fundamenta no pensamento grego. A evolução que decorre disso apresenta claramente um valor significativo para a centralidade do discurso, para o individualismo e para o utilitarismo. Essas ideias possivelmente vão se refletir na sociedade e, por extensão, nos discursos das profissões constituídas para atendê-la.

2.2 Função social e comprometimento ético do bibliotecário na era da informação

Nas últimas décadas do século XX, uma revolução tecnológica com base na informação transformou a humanidade. Segundo Castells (2003), constituiu-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desligando das chamadas “redes de poder e riqueza” as pessoas e os territórios considerados irrelevantes pelos interesses dominantes. De

acordo com o autor, uma “cultura da virtualidade real”, constituída em torno de um “universo audiovisual” cada vez mais interativo, integrou várias culturas num “hipertexto eletrônico”.

A chamada sociedade da informação advém, portanto, de uma explosão informacional procedente da aceleração da produção econômica industrial e de serviços, em escala mundial, nas três últimas décadas, que promoveu uma superprodução e o desenvolvimento de novos canais de disseminação das informações.

Essas transformações sociais podem auxiliar na diminuição da exclusão social e possibilitar maiores oportunidades aos indivíduos. Trata-se de uma transformação social que tem desempenhado papel significativamente relevante na vida econômica, social, cultural e política das pessoas.

Os estudos de Castells (2003) revelam como a globalização da Era da Informação atua de forma seletiva, incluindo e excluindo sociedades das “redes de informação” na medida em que vão utilizando as novas tecnologias como instrumento para a acumulação de riqueza e difusão de pobreza.

Portanto, a atualidade representa verdadeiros desafios éticos e/ou morais. No âmbito da Ciência da Informação, a própria regulamentação da produção e da distribuição da informação e do acesso às novas tecnologias são questões que merecem atenção. É preciso discutir os ideais do progresso humano e do desejo do bem-estar de todos, no presente e no futuro, tratando também da questão das novas tecnologias de informação que facilitam o acesso, manipulação e produção; e que se encontram voltados para interesses econômicos e políticos, demonstrando que nem sempre servem para o bem-estar social, de fato.

Assim, em meio às transformações sociais e tecnológicas, as tarefas dos bibliotecários também sofreram profundas transformações. Conforme Ortega y Gasset (1997), a biblioteca e o profissional bibliotecário passaram a ser necessários para a população; por isso, quando se trata de um profissional da informação, já não se trata apenas de vocação profissional, mas de missão social.

Os efeitos da informação sobre a democracia e a vida social dos indivíduos remetem ao comprometimento ético dos profissionais da informação, uma vez que, conforme Nick Moore (1999), tais profissionais desempenham significativa função social, representando a “ponte” entre a informação e o usuário. E a própria interação do usuário com o bibliotecário traz para este, muitas vezes, novas informações, dando sentido ao profissional através da dimensão humana e social.

Percebe-se que a vida vai do poder à crítica do poder e está estruturada em textos. Grande parte da população não tem acesso a

isso ou não sabe como desfrutar das possibilidades existentes. Além disso, segundo Moore (1999), ter acesso aos textos não é garantia de crítica, mas aumenta a chance de se conhecer as regras do jogo do mundo da escrita. Portanto, determinada parcela da sociedade tem muito mais chance de acreditar no que vê e ouve do que uma pessoa letrada que foi em graus variados introduzida no território da crítica e da desconstrução do mundo pela linguagem escrita.

Daí surge o comprometimento ético do bibliotecário com sua profissão e com a função social que lhe compete, devendo visar sempre a promover o bem-estar social e, através de uma atividade educativa, garantir cidadania e assegurar os direitos de acesso à informação e à educação para todas as parcelas da sociedade. Dessa forma, a discussão do objeto em estudo está instalada na sociedade e por ela é construída. Provavelmente, essa discussão estará também evidenciada no discurso construído pelos profissionais bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento deste trabalho foram adotadas como etapas do processo metodológico a pesquisa do tipo bibliográfico (quanto ao material utilizado para obter conteúdos que permitissem a formação do embasamento teórico), a pesquisa de tipo exploratório (quanto aos objetivos pretendidos) e a pesquisa de tipo documental (quanto à utilização das revistas que foram tomadas como fontes básicas de coleta dos dados primários necessários ao alcance dos objetivos).

Metodologicamente, o trabalho envolveu desde a identificação dos periódicos e dos textos publicados sobre a temática; a leitura e descrição dos textos; a identificação dos fundamentos filosóficos e doutrinários, das temáticas, das abordagens e das tendências da discussão sobre a Ética na produção periódica de Biblioteconomia e Ciência da Informação editada no período de 1997 a 2006 no Brasil e na Espanha; a análise dos discursos pela extração das ideias centrais, expressões-chave e ancoragens; até a organização das ideias contidas em busca de uma síntese do conteúdo coletado para a elaboração do relatório final da pesquisa.

É fato que os anos de 1997 a 2006, marcos inicial e final do recorte de tempo selecionado para este trabalho, situam-se na passagem do século XX para o XXI. Sabe-se que nesse período acentuou-se a discussão de uma temática mais ampla a respeito da chamada sociedade da informação e/ou sociedade do conhecimento. Paralelamente, as facilidades oferecidas pelos recursos de informação e

comunicação associados com a informática aceleraram o acesso ao conhecimento. Tudo isso afetou o mercado editorial, o trabalho das bibliotecas e, sobretudo, ampliou, mas também dificultou, para certas camadas da sociedade, o encontro das informações que atendessem às suas aspirações. Torna-se compreensível, portanto, que tal conjunto de circunstâncias contribuiu para que os profissionais atuantes na produção, promoção e oferta do acesso aos conteúdos de conhecimento procurassem formular ou rever normas de conduta profissional.

Um ambiente onde se pode estudar essa temática está formado pela produção editorial disponível em periódicos científicos, porque estes representam um significativo discurso quanto às questões éticas dos profissionais da informação. Tratá-los utilizando-os como fonte significativa para apreender a questão, é de extrema relevância para permitir o conhecimento do que está publicado e do que está disponível sobre os fundamentos filosóficos, doutrinários e temáticos; abordagens; presença autoral e, sobretudo, quanto às diferentes tendências encontradas nessas publicações sobre Ética, Moral e Deontologia Profissional.

Portanto, no desenvolvimento deste estudo, foram empregados, para compor o material básico da pesquisa, periódicos brasileiros e espanhóis do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Dessa forma, considerou-se o relatório de Iniciação Científica (IC) resultante de estudo que tinha como *corpus* um material constituído por um recorte do conjunto de periódicos publicados no Brasil, selecionados segundo quatro fatores: a) tempo; b) regionalização; c) regularidade da publicação e d) acesso do conteúdo através da Internet.

Para o fator tempo, tomou-se como limites os anos de 1997 e 2006, pelas razões já expostas. Para o fator regionalização, considerou-se como base a região político-administrativa brasileira, e para o fator regularidade da publicação, tomou-se, no caso de haver mais de um periódico na mesma região, aquele que melhor manteve a regularidade de publicação de suas edições.

Para a realização da pesquisa, concernente à primeira etapa do estudo vinculado ao PIBIC/CNPq (2007-2008), foram selecionadas, conforme os critérios adotados, as seguintes revistas: *Informação & Sociedade: Estudos* (UFPB), do Nordeste; *Ciência da Informação* (IBICT), do Centro-Oeste; *Transinformação* (PUCCAMP), do Sudeste, e *Encontros Bibli* (UFSC), do Sul. A região Norte não foi representada na seleção, porque nela não havia publicação que atendesse aos requisitos empregados para a inserção no rol dos títulos selecionados. A ausência de periódico que atendesse aos critérios do estudo nessa região possivelmente encontra explicação no desenvolvimento histórico-social brasileiro, como demonstra Caldeira et al. (1997).

Agora, na etapa representada por este trabalho, também foram selecionados periódicos de Biblioteconomia/Ciência da Informação, desta vez, da Espanha, que atendessem aos mesmos critérios estipulados para a pesquisa de IC. Neste caso, também constatou-se que uma das regiões do país, a região Oeste da Espanha, não dispôs de periódicos científicos que atendessem aos critérios estipulados para esta pesquisa. Pode-se dizer que, tal qual o caso da região Norte do Brasil, embora cada qual em seu contexto, conforme Vilar (1989), esse território espanhol não se desenvolveu tanto quanto a região Leste. Neste caso, a maior parte dos periódicos científicos encontra-se em universidades existentes no Leste da Espanha e, assim, para atender aos requisitos estipulados para a pesquisa, tornou-se necessário selecionar dois periódicos de uma mesma região. Partindo-se desses critérios, foram identificados os seguintes títulos: Leste-Sul (Múrcia), *Anales de Documentación*; Leste-Norte (Catalunha), *BiD Textos Universitarios de Biblioteconomia i Documentació*; Leste-Norte (Catalunha), *Item: Revista de Biblioteconomia i Documentació*; Centro (Madri) *Revista General de Información y Documentación*. Destes, apenas os dois primeiros títulos apresentaram material publicado no período estudado.

Feita essa etapa, poder-se-ia comparar as produções periódicas do Brasil e da Espanha referentes ao tema norteador deste trabalho. Assim, o processo metodológico desta pesquisa seguiu as mesmas etapas do projeto de IC anteriormente citado, com exceção da etapa final, referente à comparação entre o que está sendo discutido sobre ética profissional bibliotecária no Brasil e na Espanha.

Uma vez delimitadas as questões pertinentes ao estudo e selecionadas as fontes de informação para a pesquisa, iniciaram-se as etapas seguintes.

Para preparar a etapa de pesquisa bibliográfica, foi efetuado o levantamento dos títulos de livros que apresentassem conteúdo referente às Correntes Filosóficas da Ética. Assim, foram localizados os títulos que compõem as referências finais. Também foi realizada a leitura empregando um sistema de fichamento das ideias e, posteriormente, foram elaboradas as fichas (de citação, de resumo de linhas teóricas e de opinião) pertinentes ao tema do trabalho.

Em seguida, por meio dos campos de busca das revistas eletrônicas, foi possível recuperar os textos científicos que apresentassem os termos (Ética, Moral, Deontologia Profissional). Alguns desses textos eram redigidos em língua estrangeira, sendo um em espanhol ou *español*, língua perfeitamente compreendida pela autora do trabalho. Entretanto, a maior parte dos textos dos periódicos da Espanha selecionados para o estudo estava publicada em catalão ou

catalàn que é uma língua românica, assim como o português, o francês ou o espanhol, derivada do latim (BASSEDA; RIPOLLÈS, 1962). Para trabalhar estes textos foram necessárias horas a mais de estudo e dedicação na pesquisa, tendo sido utilizados dicionários (FABRA, 1954) e ferramentas de idiomas do *Google* para traduzir as palavras desconhecidas. Esta foi, portanto, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento do trabalho.

Na preparação e realização das atividades da etapa de pesquisa documental, após algumas leituras iniciais, foi empregada uma ficha de coleta de dados, na qual foi efetuado o registro dos documentos e, a partir dela, a tabulação preliminar dos dados levantados. Assim, foram organizadas planilhas apresentando a identificação de cada documento incluindo o ISSN da revista, a referência, as palavras-chave e o resumo de cada texto. De cada trabalho publicado foram identificados e registrados os objetivos expressos e implícitos, a fundamentação teórica predominante de cada autoria, o levantamento da literatura de suporte bibliográfico de cada documento e os resultados e/ou conclusões do(a) autor(a).

Para a realização do estudo empregou-se um instrumental, o qual permitiu a coleta dos dados textuais e o tratamento dos mesmos com uma técnica de análise de discursos. Para isso, foi selecionada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), formulada por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. Essa técnica vem sendo empregada em outros trabalhos realizados e em realização no Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade, do Departamento de Ciência da Informação da UFSC.

O DSC consiste na classificação dos dados levantados por operadores analíticos denominados como Expressão-Chave (ECH); Ideia Central (IC) e Ancoragem (AC). Uma vez que são identificadas e registradas as ECH, isto é, os destaques de trechos (nesse caso, encontrados em textos científicos) relevantes para o tema da pesquisa e a IC, ou seja, a descrição mais sucinta e objetiva possível do que trata o documento, resta, então, analisar esses discursos e observar se eles apresentam ideias centrais semelhantes ou complementares.

Assim, é possível individualizar conjuntos de discursos, descrevendo, positivamente, suas especificidades semânticas para poder distingui-los de outros discursos portadores de outras especificidades semânticas. Enquanto a IC sintetizou o discurso, as ECH apresentaram o conteúdo e/ou substância desse discurso, evidenciando os Discursos Coletivos existentes nos textos que compuseram o corpus do estudo.

Fica claro, então, que a IC e as ECH são indispensáveis para entender e descrever os sentidos dos discursos, de modo que a IC identifica, particulariza e especifica o discurso, enquanto as ECH

corporificam tais discursos. Além disso, algumas ECH remetem a uma AC, tornando-se possível identificar a base teórica, ideológica ou crença que o autor do discurso professa por trás do mesmo, isto é, onde o seu discurso está ancorado. Na elaboração deste trabalho, a AC corresponde ao que de orientação doutrinária da Ética foi verificado no corpus examinado.

Esse instrumental e o processo aqui descrito serviram como auxílio metodológico no desenvolvimento da parte empírica da pesquisa, desde a coleta dos dados até sua posterior análise e a apresentação dos resultados objetivados nos discursos coletivos que foram encontrados durante a análise do material. Esses discursos representam a reunião dos principais conjuntos de ideias que se destacaram no processo de análise. Cabe afirmar, ainda, que o DSC é uma síntese que agrega todas as ideias apresentadas na conversação ou no conjunto da documentação tratada, independentemente de frequência de sua manifestação. A relevância é dada à emergência da ideia no conjunto de discursos.

Naturalmente o *corpus* da pesquisa teve como pressuposto a ideia de que os discursos localizados nos textos examinados partiram de uma motivação comum: a veiculação de um tema em periódico de um campo específico de conhecimento por meio de textos cuja publicação foi aprovada por uma mesma comunidade científica que constitui corpo editorial permanente ou *ad hoc* desses periódicos.

Em síntese, os textos obtidos nos periódicos científicos espanhóis e brasileiros foram submetidos a uma primeira leitura. Nessa leitura fez-se o reconhecimento dos objetivos expressos e implícitos, do tipo de texto (científico, ensaístico, etc.), da fundamentação teórica predominante, de sua estrutura e extensão e os resultados e/ou conclusões expostos pelo(a) autor(a); por último, arrolou-se a literatura empregada como suporte bibliográfico em cada um, compondo uma lista final da bibliografia evidenciada nessa produção.

Fez-se uma segunda leitura de cada texto, com o propósito de extrair as Expressões-Chave (ECH) nele contidas cujo teor trouxesse a explicitação de potencial resposta para os termos de pesquisa adotados neste estudo. Fez-se o devido registro destas ECH em planilha desenhada e empregada para essa finalidade. Essa planilha continha duas colunas básicas: a primeira para se anotar as Expressões-Chave e a segunda para se anotar as Ideias Centrais (IC). Em seguida foi realizada a leitura das ECH, para nelas identificar e anotar na segunda coluna da planilha já referida os termos identificados como IC. Concluída a etapa de exploração do texto, foi feito o agrupamento das ECH, a partir das IC que apresentassem semelhanças temáticas, a fim de se organizar os Discursos Coletivos evidenciados no material analisado.

Esses procedimentos foram tomados na tentativa de propor uma conclusão que pudesse refletir uma melhor compreensão do que há de mais expressivo nas opiniões localizadas nos discursos examinados, como se fosse a produção de um único autor, um autor coletivo. Em outros termos, o Discurso do Sujeito Coletivo reúne a essência do pensamento explicitado no *corpus* utilizado.

Com esse material foi possível estabelecer uma comparação quanto aos fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão ética apresentados na produção periódica do Brasil e da Espanha em Biblioteconomia e Ciência da Informação, no período de 1997 a 2006.

4 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO

Nesta etapa são apresentados os resultados da pesquisa que teve como *corpus* de estudo os textos científicos sobre questões éticas apresentados na produção periódica do Brasil e da Espanha. Desse material foram extraídos dois discursos coletivos, conforme a metodologia descrita anteriormente. Embora a abordagem que predomina neste estudo não tenha cunho quantitativo, nesta etapa de interpretação são feitas menções dessa ordem, apenas com o sentido de se deixar explícito que DSC não visa a encontrar e apresentar textos que sejam unânimes quanto às ideias neles contidas. No DSC visa-se a identificar o que foi dado como opinião ou representação de ideias dentro de um dado contexto de realidade social. Assim, foram estruturados os tópicos que se seguem.

4.1 Discursos do Sujeito Coletivo extraídos do *corpus* da pesquisa

Em se tratando do material que corresponde às publicações brasileiras, foram encontrados dez textos. Assim, foi obtido um discurso coletivo extraído desses textos, tendo esse discurso evidenciado a explicitação de fundamentos, conceituações ou ações suportadas por doutrinas éticas, além de apresentar as opiniões dos seus autores sobre a conduta profissional num contexto social profundamente penetrado pela tecnologia.

No material das publicações espanholas, foram encontrados sete textos, dos quais foi obtido um discurso coletivo em que são evidenciados fundamentos filosóficos e doutrinários da ética contemporânea, além de discussões temáticas quanto à conduta profissional frente ao multiculturalismo da sociedade da informação e sobre a formação dos futuros profissionais da informação fundamentada

em conhecimentos multidisciplinares. Dessa forma, esses dois discursos coletivos estão apresentados nos tópicos seguintes.

DSC 1 – Corpus dos textos brasileiros – [fundamentos, conceituações ou ações suportadas por doutrinas éticas e conduta profissional num contexto social profundamente penetrado pela tecnologia]: *A antiga sociedade disciplinar, característica do capitalismo de produção centrada na exploração do trabalho industrial, está sendo substituída por uma sociedade de controle, que traz à tona um capitalismo de circulação e de comunicação originado na esteira das mutações tecnológicas da era da informatização planetária, legitimada pelo discurso neoliberal guiado pelo mercado. Após ter sido “docilizado” nos processos de industrialização, o corpo social terá que inventar novos valores, com regras facultativas que permitam criar no heterogêneo sem a preocupação com identidades definidas de uma vez por todas, nas instâncias múltiplas da alteridade e da pura diferença. Eis um caminho para pensar a Ética. A Ética em sua essência é uma meta desejável da representação de valor, da Moral, da honra, do direito à cidadania, da justiça, da cultura, da linguagem, do conhecimento, do estágio técnico-científico, do pensamento e de outros comportamentos e ações individuais e/ou coletivas, privadas e/ou institucionais. A relevância das considerações sobre Ética e cidadania está, nos dias atuais, no sentido de se buscar compreender sua estreita vinculação com o sentido de solidariedade. É preciso, então, conhecer e saber que se sabe, ações que constituem a essência da Ética, que, por sua função reflexiva, interpreta, perscruta, compara, pondera e integra a razão com sensibilidade e equilíbrio. Como autoapropriação, torna-nos aptos às mais diversas atividades do espírito humano. A experiência humana, assim refletida, ultrapassa as fronteiras do raciocínio lógico formal, para explorar o território misterioso do sentido da existência e elaborar a história e o mundo como sistemas em que podemos iniciar nossos próprios processos e empreender nossa ação, o que acaba por constituir uma mediação para a nossa liberdade. Isso faz perceber que não é o conhecimento que nos compromete, mas o conhecimento do conhecimento, entendido como a Ética que permitirá aperfeiçoar o pensamento reflexivo como instrumento de emancipação humana, até porque é a ignorância dessa condição que deflagra a maior parte dos problemas do mundo. A Ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é um elemento vital na produção da realidade social. A Ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar-se na vida e de manter com os outros relações justas e aceitáveis. A vida ética consiste na interiorização dos valores, normas e leis de uma*

sociedade, condensados na vontade objetiva cultural, por um sujeito moral que as aceita livre e espontaneamente, através de sua vontade subjetiva individual; vale dizer, é a aceitação harmoniosa da vontade coletiva de uma cultura que, com o passar do tempo, se concretiza e se fortalece dentro de uma sociedade, em especial, no âmbito das profissões. Vista como prática, é no exercício de uma *Ética do Discurso* que o direito ao acesso à informação e o direito de se expressar, bem como o respeito aos Direitos Humanos, aparecem como imperativos. A *Ética do Discurso* trata as questões da conduta, ou Moral, de forma procedimentalista; leva em conta a vida cotidiana em seu fluxo atual; ela não é uma *Ética* que pode ficar congelada no tempo (15 anos, por exemplo!); trabalha sobre critérios ou procedimentos de validação das normas geradas no cotidiano; leva em conta a igualdade e universalidade discursiva que envolve todos os afetados, por exemplo, fornecedores de serviços e usuários; leva em conta a existência de sujeitos plenos de conhecimento e capacidade de decidir através da ação comunicativa. Pela vertente procedimental, constituem-se as Comissões de *Ética*. Para isso, algumas condições são necessárias para que elas possam atuar de modo proveitoso: a) Que sejam estabelecidas regras de participação ou de funcionamento interno da Comissão; b) Que seja assegurada a independência da Comissão; c) Que a organização assuma o compromisso expresso de apoio à Comissão; d) Que se entenda a Comissão não somente como um órgão reativo, isto é, que responde a problemas levantados por outros, mas que tenha papel ativo na proposição de ações e iniciativas; e) Que a Comissão tenha a capacidade de fazer valer suas decisões. Destacam-se duas matrizes de discurso ético na prática bibliotecária. Numa perspectiva, a Prescritiva, o Estado dita a atuação profissional e controla suas práticas diretamente, que é o caso brasileiro. Na outra perspectiva, a Procedimental, o Estado concede a prática para a categoria, que corre todos os riscos do compromisso que assume com a sociedade; é o que ocorre nos EUA. No caso do bibliotecário brasileiro, coloca-se como uma necessidade atual, mais forte do que em qualquer outro momento, o exame do seu discurso ético. Isso se dá justamente pelo fato de nesse país se estar vivendo uma forte mudança dos parâmetros de atuação profissional, seja tanto por razões econômicas quanto por razões sociais e políticas. Há uma falta de sintonia entre o discurso ético oficial da categoria bibliotecária brasileira e o seu discurso corrente sobre as práticas profissionais. Há a necessidade de melhorar conhecimentos, competências e técnicas em uma proposta que leva ao desenvolvimento intelectual dos membros do grupo. Há a necessidade de a própria categoria se conhecer melhor e conhecer a sociedade na qual se situa,

para não ignorar o outro, para não ignorar a dimensão social do ser humano. No mundo atual, muitas profissões elaboraram diretrizes éticas, com o objetivo de orientar aqueles que as exercem. A Biblioteconomia, não constituindo exceção à regra, procurou garantir à sociedade, por meio da criação de princípios éticos biblioteconômicos, que as atividades desenvolvidas por seus profissionais não representem interesses pessoais, mas sim, signifiquem uma efetiva contribuição à coletividade. A cautela existente é justificada, acima de tudo, pela necessidade de encontrar soluções que preservem os aspectos legais e éticos envolvidos principalmente na distribuição de documentos, até que surja uma nova ótica desses problemas. Nesse contexto, a tecnologia de produção de documentos digitais desenvolveu-se mais rapidamente do que instrumentos legais para protegê-la, e isso é fato. A tecnologia é um catalisador de mudanças particularmente importantes e pungentes para as bibliotecas, uma vez que cria novas necessidades e altera velhos e sólidos paradigmas estabelecidos ao longo de muitos séculos. A decorrência maior dessa transição é que a informação torna-se cada vez menos ligada ao objeto físico que a contém. As poucas décadas de tecnologia digital já estão provocando transformações aceleradas. Começa a despontar um novo ecossistema informacional em que a relação entre autores, leitores, editores (publicadores), bibliotecas e livrarias torna-se menos precisa e está em constante transformação. Assim, tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto a implementação dos deveres do cidadão dependem do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres. Existem direitos e deveres a serem cumpridos pelos cidadãos, pois constitui uma questão ética oferecer oportunidade a todos, tais como o livre acesso às informações, incluindo o direito à inclusão digital. Nesse ambiente, cabe pensar em políticas de informação, e para que se possa pensar em políticas de informação, precisamos compreender para quem vamos defini-la. Importa saber também com qual intensidade, multiplicidade e pluralidade poderemos propor caminhos que venham a incluir, fortalecer e dar oportunidades aos que se encontram fora das cadeias de produção, mas que paradoxalmente nada sabem fazer com o tempo livre. Está aí a ciência da informação; ela representa o núcleo básico das ciências da vida, considerando-se que ela aborda toda a diversidade dos valores culturais do homem e da sociedade, uma vez que a moral humana desconhece ficções. Assim, a Ciência da Informação, além de ter o compromisso com a disseminação e socialização da informação em cumprimento da lei, tem o valor de um bem cultural da sociedade, e ainda, entre os seus infinitos atributos, o de resgatar a diversidade cultural do nosso processo civilizador. Os

problemas de informação não podem ser abordados dentro de apenas uma área da atividade científica. É necessário o desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas que favoreçam a interdisciplinaridade e permitam o relacionamento da Ciência da Informação com outros campos científicos. A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de saber do indivíduo e traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive.

DSC 2 – Corpus dos textos espanhóis - [fundamentos filosóficos e doutrinários de questões éticas e deontológicas dos profissionais da informação e conduta profissional frente ao multiculturalismo e a interdisciplinaridade]: *O homem é um ser social e histórico. A comunicação entre os homens é fundamental e significa partilha das mesmas formas linguísticas e simbólicas, com o objetivo de alcançar uma política de compreensão. O aspecto comunicativo da conversa possibilita ao homem informar e ser informado. O direito à informação requer: 1) a possibilidade de aceder diretamente às fontes, 2) a liberdade de criação e edição de dados informativos, bem como o direito de recebê-los; 3) por último, a divulgação de informações e opiniões. A Constituição francesa de 1791 garante que “o direito civil permite ao homem falar, escrever ou imprimir qualquer ideia sem ter que sofrer qualquer censura ou inspeção antes de uma publicação”. Dessa forma a Constituição francesa garante esse direito, desde que não obstrua outros direitos fundamentais. E a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada e ratificada pelas Nações Unidas, enumera um conjunto de direitos. O texto do artigo 19 diz: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão: esse direito inclui o direito de não ser molestado por causa de suas opiniões, receber e transmitir informações e pontos de vista e de transmitir informações e ideias sem consideração de fronteiras, por qualquer meio de expressão”. “Dignidade” e “Igualdade” formam o fundamento de todos os direitos e, especialmente, o direito à informação. É preciso respeitar os quatro princípios básicos da comunicação: honestidade, imparcialidade, integridade e justiça. A ética pode ser definida como um tipo de conhecimento que visa a orientar a ação humana de uma forma racional de modo a orientar suas ações da vida real, concebida como um guia que não se destina a orientar o pensamento, mas a ação. Assim, a ética se aplica a toda atividade humana e profissional. Nesse sentido, é uma ciência normativa. Apresenta uma dimensão teleológica, que é dirigida para a prática profissional, e uma dimensão pragmática, que é subordinada à teleológica e se refere ao código de ética. Refere-se à*

forma de aplicar o que foi proposto como uma meta por meio de uma série de orientações específicas. Emerge como um guia estruturado para os aspectos que dizem respeito a relações profissionais do indivíduo com a instituição onde atua e com a sociedade num todo. Bibliotecas e centros de informação têm missão e objetivos de natureza social, envolvendo uma série de valores agregados. As ações desenvolvidas pelo coletivo dos profissionais são condutas fundamentadas na ética, em que se reconhece a responsabilidade social. A ética da informação é uma área dinâmica e em constante evolução, que flui de diversas disciplinas, perspectivas e culturas diferentes. Isso é importante em um momento de intercâmbio e diálogo intercultural. Na verdade, mesmo em sua infância, o domínio das questões relativas à ética da informação afeta outras áreas: a ética e o computador, a ética e os sistemas de informação, ética e gestão da informação, ética e política de informação, etc. A disciplina Ciberética, por exemplo, centra-se especificamente sobre as questões éticas relacionadas com a Internet, ou ciberespaço. Em suma, a ética da informação tem evoluído ao longo dos anos, mas trata-se de um fenômeno caleidoscópico promovido, em parte, pela convergência de várias disciplinas sobre assuntos ligados à Internet. Mas, com o advento das atividades de publicação na Web, que pode ser rápida e fácil, surgiu a questão da credibilidade, que agora se tornou uma preocupação comum. Atualmente existe um verdadeiro diálogo sobre os valores éticos e razões éticas no mundo multicultural da Internet. Por isso devem ser levadas a sério as diversas culturas do mundo e as suas tradições históricas. Tais questões multiculturais e interdisciplinares, juntamente com a importância da ética no campo profissional da biblioteconomia e da arquivística, fizeram com que viesse à tona uma reflexão sobre a possibilidade de se aprovar um código de ética compartilhado por esses dois grupos profissionais, pois bibliotecários e arquivistas trabalham com informações sociais complexas. Nesse sentido, essa função deve ser entendida como um compromisso com a sociedade, em que é responsabilidade do profissional proporcionar a igualdade de condições ao acesso informacional, garantindo o acesso à informação como um direito social fundamental. Associações profissionais, como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) ou a Sociedade Americana de Arquivistas (SAA), recomendam que entre os conteúdos obrigatórios no ensino universitário comum devem estar presentes aqueles com os aspectos éticos da profissão. A formação dos futuros profissionais da Biblioteconomia e Documentação deve estar fundamentada em conhecimentos multidisciplinares. No entanto, o ensino desse material

deve ser oferecido de forma diferenciada dependendo da área geográfica, filosofia, objetivos, características e propostas do curso e da região onde este é executado. A Ética e a Deontologia da Informação devem ser incorporadas no Plano de Estudos de Licenciatura em Documentação da universidade de forma diferenciada. Pois não é a primeira vez que se ensinam conteúdos de ética, mas apenas agora esses conteúdos se encontram espalhados em diferentes disciplinas. Quanto ao Código Deontológico, ele é definido como um conjunto de regras pelas quais um determinado grupo decide regular o seu comportamento. No século XIX começou-se a falar de ética como a ciência do direito. As primeiras profissões a adotar códigos de ética foram os médicos e os advogados. Em seguida outros profissionais, como engenheiros ou médicos veterinários. Já no século XX os códigos de ética emergiram para regular outras profissões em que o livre exercício não era tão comum (como a indústria de seguros, comércio, etc.). Qualquer grupo de profissionais que estabelece regras de conduta tem dois objetivos principais: garantir qualidade de serviço para a sociedade que serve e avaliar o desempenho de seus membros para homogeneizar a maneira de fazê-lo. Mas qualquer código de ética é um documento vivo, em constante revisão, pela emergência de novos contextos e novas exigências que requerem novas soluções, e a aplicação do código depende da boa vontade das instituições e associações profissionais. A década dos anos 90 do século passado caracteriza-se, do ponto de vista ético, pelo surgimento de novos códigos deontológicos em países ou em instituições que ainda não contavam com nenhum. O código de ética do profissional arquivista catalão, por exemplo, apresenta o compromisso claro de disponibilizar o acesso à informação. Pode-se dizer que, enquanto o Código Deontológico de Arquivística Internacional está mais preocupado com a proteção da privacidade, segurança, etc., o código catalão tem uma preocupação para com a promoção do direito de acesso à documentação e divulgação de documentos. Enquanto o objetivo do programa de auditoria do Instituto Catalão de Saúde – ICS é a organização da informação. Trata-se de um estudo da organização que eles possuem, quanto às informações que circulam nessa instituição e os resultados obtidos. A auditoria é um processo de análise dos resultados. A American Society of Archivists promoveu a inclusão de programas de educação ética para os graduados em arquivística como uma reflexão mais geral sobre a ética profissional e a elaboração e implementação de um código que visa a compreender a informação como um direito e um bem social, facilitando o seu acesso de forma flexível, transparente e igual, respeitando as limitações, privacidade ou

direitos autorais. Até agora, o único projeto de desenvolvimento de um código comum para todos os profissionais da informação foi realizado em Portugal, pela Comissão de Ética de Profissionais da Informação com os grupos da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Associação para a Gestão da Informação (INCITE) e a Associação Portuguesa de Documentação e Informação para a Saúde (APDIS). De qualquer forma, acredita-se que a existência de um código ético geral entre as profissões da informação não descarta a conveniência de que cada área, a partir desta base comum, tenha estabelecido o seu próprio código deontológico conforme as suas especificidades.

4.2 Interpretação dos discursos

Discurso do Sujeito Coletivo 1: Parte do conteúdo dos artigos componentes do *corpus* estudado deixa expressamente claro sobre as doutrinas e/ou correntes éticas que serviram de fundamentação teórica para a elaboração do mesmo. Foram encontradas de forma explícita a Ética do Discurso, interpretável segundo o modo como a explica Herrero, em Oliveira et al. (2000), e a Ética da Alteridade, interpretável segundo o modo como a explica Pivatto, em Oliveira et al. (2000).

Fica claro no conteúdo apresentado que a proposta de uma Ética da Alteridade implica a ideia de uma relação responsável, na qual o outro não é tomado como objeto e extingue-se a possibilidade de dominação. Ou ainda, quando ressalta que é no exercício de uma Ética do Discurso que o direito ao acesso à informação e o direito de se expressar, bem como o respeito aos direitos humanos, aparecem como imperativos para a realização de uma Ética do Discurso.

Parte do conteúdo aborda a Ética do Discurso, destacando a forma “procedimentalista” das questões da conduta, ou Moral. Essa abordagem ajuda na reflexão sobre uma possível reconstrução do discurso ético do bibliotecário brasileiro, para que esse discurso seja mais compatível com o discurso profissional. Além disso, também é discutido sobre os fundamentos éticos, destacando que existem fundamentos explicativos para o estudo ou reconhecimento da evolução do saber ético, apresentando seis linhas doutrinárias: o Intelectualismo Moral, o Eudemonismo, o Hedonismo, a Ética Cristã, o Emotivismo e a Ética Formal ou Autônoma.

É possível identificar algumas ancoragens doutrinárias no conteúdo dos textos estudados na pesquisa. A própria Ética do Discurso aparece por diversas vezes destacando a questão da reflexão e da liberdade do pensamento e do direito de formular discurso. Também

aparece defendendo que a capacidade humana de leitura não se prende apenas em um raciocínio lógico e formal, uma vez que se teve acesso à informação e posterior formulação de conhecimento. E ainda, quando é defendida a ideia da racionalidade discursiva.

O conteúdo do DSC1 também revela um embasamento teórico na corrente da Ética da Alteridade e da Ética do Discurso. Destaca que a vida ética consiste na interiorização dos valores, normas e leis de uma sociedade, através da aceitação harmoniosa da vontade coletiva de uma cultura que, com o passar do tempo, se concretiza e se fortalece dentro de uma sociedade através de um entendimento mútuo, portanto, do discurso proferido.

Em parte do conteúdo, aparece claramente a doutrina da Teoria Ético-Política da Justiça, interpretável segundo o modo como a explica Felipe, em Oliveira et al. (2000). Nela é tratada a questão da inclusão digital e o modo como esta deve ser analisada, sendo considerada como uma ação que promoveria a conquista da “cidadania digital” e contribuiria para a inclusão social. Ou, ainda, quando os autores dizem que tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, quanto a implementação dos deveres do cidadão, dependem do livre acesso à informação.

No conteúdo do DSC1, portanto, a Ética do Discurso também é abordada de acordo com a ideia de garantia da liberdade e dos direitos do discurso. Em um primeiro momento há a defesa de tais direitos discursivos, independente de seus formatos. Neste caso, tratando-se do formato virtual. Desta forma é tratada a Ética na distribuição de documentos, ao ser afirmado que a tecnologia de produção de documentos digitais desenvolveu-se mais rapidamente do que os instrumentos legais destinados a protegê-la. Enquanto em outra parte do conteúdo são abordados os casos de fraude, plágio e outros tipos de conduta inadequados no processo de produção e comunicação da ciência que se repetem com frequência crescente nas comunidades científicas.

Em outro momento, o conteúdo do DSC1 adentra a Teoria Ético-Política da Justiça e alerta para o fato de que é preciso pensar em políticas de informação para o século XXI, e compreender para quem serão definidas, destacando ainda uma ancoragem na Doutrina Ética para a Civilização Tecnológica, interpretável segundo o modo como a explica Giacoia, em Oliveira et al. (2000), e a responsabilidade com a natureza que a sociedade tecnológica destrói.

Há uma parte do conteúdo cuja abordagem engloba um pouco de várias doutrinas: a Ética do Discurso, quando se refere a linguagem; a Ética da Alteridade, no que diz respeito ao humanismo sem

individualismo; a Ética do Utilitarismo, interpretável segundo o modo como a explica Carvalho, em Oliveira et al. (2000), e o desejo da felicidade, além da Teoria Ético-Política da Justiça, ao destacar o direito à justiça e à cidadania.

No conteúdo dos textos estudados também é proposta a retomada da “responsabilidade social” como fundamento à práxis dos cientistas da informação e como um “padrão que une” ciência e Ética, no campo da Ciência da Informação. Com isso, fica demonstrada uma fundamentação na Ética da Alteridade e na Ética do Utilitarismo que prevê a promoção da felicidade, diz não à miséria e ao sofrimento e ressalta a busca pelo prazer e pela felicidade (Hedonismo e/ou Eudemonismo).

No conjunto dos textos examinados, destacam-se como fundamentos éticos que se pode perceber no DSC1, as Doutrinas da Ética do Discurso, da Ética da Alteridade e da Teoria Ético-Política da Justiça. Entre outras, estas foram as mais adotadas por seus autores e serviram de embasamento teórico na formação das suas opiniões.

Quanto às temáticas e abordagens e as tendências da discussão Ética na produção periódica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação, conforme evidenciado no DSC1, é tratada a questão da postura profissional que também é determinada pelo quadro atual da sociedade e das novas tecnologias em desenvolvimento contínuo. Isso se insere, inclusive, no que diz respeito à postura de tais profissionais para resolver problemas decorrentes do avanço tecnológico.

Discurso do Sujeito Coletivo 2: Parte do conteúdo do DSC2, ao tratar sobre o direito constitucional à comunicação e à informação, o direito à liberdade de opinião e de expressão assegurados pela Constituição Francesa e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, aborda de forma implícita a Doutrina da Ética do Discurso, conforme a explica Herrero, em Oliveira et al. (2000). E ao tratar de questões sociais e funções do Estado, adentra também de forma implícita a Doutrina Ético-Política da Justiça, interpretável segundo o modo como a explica Felipe, em Oliveira et al. (2000).

No conteúdo dos textos estudados, também é destacada de forma explícita a Doutrina da Ética Intencionalista Teleológica, conforme apresentada em Oliveira et al. (2000), de acordo com a ideia de que na conduta ética não basta querer o bem – é necessário conhecer o bem e saber como praticá-lo. Pode-se inferir que a Ética é entendida como um tipo de conhecimento que visa a orientar a ação humana de uma forma racional e pode ser concebida como um guia que não se destina a orientar o pensamento, mas a ação. Não se trata de um saber teórico,

mas prático. Nesse sentido, trata-se de uma ciência normativa. Apresenta uma dimensão teleológica que é dirigida para a prática profissional, e uma dimensão pragmática que é subordinada à teleológica e se refere ao código de ética como a forma de aplicar o que foi proposto como uma meta por meio de uma série de orientações específicas.

Noutro momento surge de forma implícita a Doutrina da Ética da Alteridade, conforme a explica Pivatto, em Oliveira et al. (2000), quando se apresentam questões humanísticas, de companheirismo e igualdade, ao se pensar em princípios norteadores de um Código de Ética com base compartilhada para a Biblioteconomia e a Arquivística. Neste caso, também são destacadas questões referentes aos direitos à liberdade de expressão e a função social dos profissionais da informação, revelando mais uma vez, portanto, a ancoragem nas Doutrinas Ético-Política da Justiça e na Doutrina da Ética do Discurso.

Na maior parte do *corpus* da pesquisa referente ao material espanhol, foram encontrados conteúdos ancorados na Doutrina Ético-Política da Justiça e na Doutrina da Ética do Discurso. Em geral, tratava-se de questões sobre liberdade de opinião e de expressão, racionalidade discursiva, função social dos profissionais da informação, questões éticas relacionadas com a Internet, multiculturalismo e interdisciplinaridade.

Quanto às temáticas e abordagens e as tendências da discussão ética, em parte do conteúdo a ética da informação é entendida como uma área dinâmica e em constante evolução, que flui de diversas disciplinas e perspectivas e culturas diferentes; resulta daí a importância de se discutir sobre as questões éticas derivadas do diálogo intercultural. É ressaltada a relevância da disciplina Ciberética, que aborda as questões éticas relacionadas com a Internet, ou ciberespaço conforme um contexto que abrange um verdadeiro diálogo sobre os valores éticos e razões éticas no mundo multicultural da Internet.

É apresentado o Código de Ética do profissional arquivista catalão. Sendo este conceituado como um documento vivo, em constante revisão pela emergência de novos contextos e novas exigências que requerem novas soluções para uma sociedade em constante transformação decorrente, em parte, do multiculturalismo facilitado pelas novas tecnologias da comunicação.

Parte do conteúdo do material estudado relembra que associações profissionais como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) ou a Sociedade Americana de Arquivistas (SAA) recomendam que os conteúdos obrigatórios no ensino universitário comum devem conter os aspectos éticos da profissão. A formação dos

futuros profissionais de Biblioteconomia e Documentação deve estar fundamentada em conhecimentos multidisciplinares.

Em outro momento é citado como exemplo o caso da Sociedade Americana de Arquivistas, que promoveu a inclusão de programas de educação ética para os graduados em Arquivística, tendo em vista a reflexão mais geral sobre a ética profissional e a elaboração e implantação de um código que visava a compreender a informação como um direito e um bem social.

No conjunto dos textos examinados, destacam-se como fundamentos éticos que se pode perceber no DSC2, as Doutrinas da Ética do Discurso, da Ética da Alteridade, da Teoria Ético-Política da Justiça e da Ética Intencionalista Teleológica. Elas foram as mais adotadas por seus autores e serviram de embasamento teórico na formação das suas opiniões.

No que se refere às temáticas e abordagens e as tendências da discussão ética na produção periódica espanhola de Biblioteconomia e Ciência da Informação, conforme evidenciado no DSC2, são apresentadas questões éticas e deontológicas dos profissionais da informação e colocadas em pauta questões quanto à conduta profissional frente ao multiculturalismo da sociedade atual. Neste sentido, é apresentada a discussão quanto à formação dos futuros profissionais da informação, fundamentada em conhecimentos multidisciplinares, pois entende-se que a Biblioteconomia e Ciências da Informação fazem parte de uma sociedade da informação que demanda campos de conhecimento que podem e devem colaborar entre si. Desta forma, no conteúdo do DSC2 a interdisciplinaridade traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas que leva a interações, ou seja, uma certa reciprocidade, de forma que haja, portanto, enriquecimento mútuo.

4.2.1 Uma interpretação comparativa dos fundamentos filosóficos e doutrinários da discussão ética apresentados na produção periódica do Brasil e da Espanha de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir da análise de uma temática que, embora reconhecida como relevante no Brasil e também na Espanha, mantém-se como um assunto pouco explorado na literatura periódica de Biblioteconomia e Ciência da Informação em ambos os países.

A relevância da Ética apenas como instrumento de aplicação para regulação da conduta profissional não tem produzido maior presença de seu tratamento nos veículos examinados.

Neste estudo foi também evidenciada a falta da publicação, nesse intervalo de tempo, de textos em periódicos que estavam abertos à aceitação da temática e que compõem o conjunto de fontes de difusão reconhecidas pela comunidade acadêmica brasileira e espanhola da área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

Quanto ao número de textos espanhóis e brasileiros publicados em cada um dos anos do período estipulado para esta pesquisa, observa-se a predominância, em ambos os países, de publicações em 2004 e 2005. Também fica visível a disparidade entre Brasil e Espanha no que concerne à distribuição de publicações no decorrer dos anos. A Espanha apresenta publicações apenas em três dos dez anos estudados, enquanto o Brasil abrange seis anos do período em questão.

Verificou-se que todos os periódicos brasileiros publicaram pelo menos um texto sobre o tema “Ética profissional” no período estipulado para esta pesquisa, enquanto dois dos quatro periódicos espanhóis estudados não apresentaram qualquer publicação no mesmo período. Também se observa que dois periódicos, um brasileiro e outro espanhol (*Ciência da Informação* e *BiD: Textos Universitarios de Biblioteconomia i Documentació*), respectivamente, apresentaram os maiores números de publicações, inclusive com diferença bastante elevada das demais revistas.

De qualquer forma, por não se tratar de uma pesquisa quantitativa e sim qualitativa, os dados estão sendo apresentados neste estudo apenas para maiores esclarecimentos e conhecimento das fontes da pesquisa.

Quanto às doutrinas e/ou correntes da Ética contemporânea identificadas nos dez textos brasileiros apreciados, percebe-se que existe preocupação com o tema Ética por parte de alguns profissionais da informação que escrevem e publicam sobre o assunto. Foram identificadas como fundamentos éticos de seus discursos as doutrinas da Ética do Discurso, da Ética da Alteridade, da Teoria Ético-Política da Justiça e, diferentemente dos textos espanhóis, também foi evidenciada a Doutrina Ética do Utilitarismo, além das temáticas, abordagens e tendências da discussão em um discurso que expressa a questão da postura profissional determinada pelo quadro atual da sociedade e pelas tecnologias atuais em desenvolvimento contínuo. Expõem também o pensamento sobre a postura dos profissionais para resolver problemas decorrentes do avanço tecnológico.

Nos sete textos espanhóis encontrados, no que se refere às doutrinas e/ou correntes da Ética contemporânea, também aparece o interesse na temática em questão, embora essa preocupação com as questões éticas da profissão, tal qual no Brasil, apareça timidamente evidenciada na literatura científica da Espanha. Neste caso, também

foram identificados como fundamentos éticos dos seus discursos as doutrinas da Ética do Discurso, da Ética da Alteridade, da Teoria Ético-Política da Justiça e, como diferencial do caso brasileiro, constatou-se, ainda, a Doutrina Ética Intencionalista Teleológica. Essa foi a única doutrina evidenciada de forma explícita no *corpus* constituído pelos textos espanhóis estudados.

As temáticas, abordagens e tendências da discussão nos textos dos periódicos espanhóis revelam um discurso em que são apresentados fundamentos filosóficos e doutrinários de questões éticas e deontológicas dos profissionais da informação e são colocadas em pauta questões quanto à conduta profissional frente ao multiculturalismo da sociedade atual e a interdisciplinaridade.

Por fim, nota-se que a discussão sobre a temática no Brasil e na Espanha no período estudado se mostra convergente em relação às doutrinas e/ou correntes da Ética que predominaram em seus textos. Ambos trataram mais das doutrinas da Ética do Discurso e da Teoria Ético-Político da Justiça. Também convergiram em fundamentos, temáticas, abordagens e tendências de discussão sobre o tema Ética Profissional, destacando bastante as questões tecnológicas, multiculturais e sociais ligadas aos profissionais da informação.

Vale salientar, ainda, que foram encontradas mais ancoragens em doutrinas e/ou correntes da Ética em geral e, de forma explícita, nos textos brasileiros do que nos textos espanhóis. Também é interessante destacar que, nos periódicos dos dois países, embora mais na Espanha, outros tipos de textos foram encontrados, todavia não se tratava de textos científicos que pudessem ser inseridos no rol desta pesquisa, e sim, textos normativos, resenhas, etc., mas que também abrangem a temática em questão.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a Ética é um tema com pouca presença na literatura científica de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil e na Espanha, embora perceba-se a real preocupação com o tema Ética por parte de alguns profissionais da informação que escrevem e publicam sobre o assunto. Entretanto, quando a discussão ocorre, dirige-se para a compreensão de um discurso de fundamentação ou para uma temática difusa.

Nas temáticas e abordagens e nas tendências da discussão ética presentes na produção brasileira e espanhola de Biblioteconomia e Ciência da Informação examinada, é tratada a questão da postura profissional, que também é decorrente do contexto atual da sociedade e

das novas tecnologias em desenvolvimento contínuo. Isso se insere, inclusive, na postura de tais profissionais para resolver problemas decorrentes do avanço tecnológico e na conduta profissional frente ao multiculturalismo e a interdisciplinaridade da sociedade da informação.

A discussão sobre a temática no Brasil e na Espanha no período estudado mostrou-se convergente em relação às doutrinas e/ou correntes da Ética que predominaram em seus textos, além dos fundamentos, temáticas, abordagens e tendências de discussão sobre as questões tratadas, uma vez que os dois países apresentaram, de forma explícita, ancoragem nas mesmas doutrinas éticas, além de uma discussão geral em torno da postura profissional frente às transformações socioculturais e tecnológicas dos últimos tempos, destacando, por fim, as mesmas ideias pautadas na função social do profissional da informação e em seu comprometimento ético para com a sociedade.

Essa convergência na discussão acerca da ética profissional bibliotecária aponta para a principal responsabilidade do bibliotecário, que nada mais é do que saber respeitar os usuários e lhes proporcionar melhor integração social. É importante que esses profissionais tenham consciência de que, mais do que conhecer certas técnicas da Biblioteconomia, podem fazer parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária simplesmente ao preencher de ética toda e qualquer ação, antecipando a vontade de um mundo justo. Esse é o único modo de viver com a consciência isenta, ou pelo menos não massacrada pelo mal-estar geral diante da realidade atual. Afinal, a busca por viver uma vida justa é o que dignifica os seres humanos e os motiva para a construção de uma comunidade humana que não prejudique a natureza ao seu redor e nem a si mesma.

Portanto, as discussões temáticas encontradas nos textos dos periódicos brasileiros e espanhóis correspondem aos interesses da sociedade e aos profissionais da informação. São questões pertinentes para estudo e talvez devam ser inseridas nas discussões relativas ao processo de formação de tais profissionais. Uma atuação dos cursos de Biblioteconomia voltada à maior inclusão da temática em seus projetos pedagógicos, assim como mais ampla inserção do tema em âmbito internacional como objeto de pesquisa, poderiam propiciar o maior interesse pela instituição e desdobramento desse tema no campo de investigação da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil e na Espanha. Certamente uma formação humanista, que insira mais conhecimentos sobre tais problemas, poderá prover os meios para a realização das reflexões necessárias e em maior volume, acerca de suas responsabilidades, assim auxiliando-os a desenvolver um trabalho conscientemente ético em prol do progresso da sociedade.

Vale salientar, ainda, que esta pesquisa não teve a intenção de esgotar o assunto tratado, visando apenas a apresentar os resultados obtidos. Assim, entende-se que este tema, por sua importância e abrangência, deve ser abordado mais detalhadamente em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BASSEDA, J; RIPOLLÈS, J. M. *Para aprender fácilmente el catalán*. Barcelona: Librería Síntes, 1962.

CALDEIRA, J. et al. *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 351p.

CASTELLS, M. *O fim do milênio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 559p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 3).

ECO, U.; MARTINI, C. M. *Em que crêem os que não crêem?* 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 156p.

FABRA, P. *Diccionari General de la Llengua Catalana*. 2. ed. Barcelona: A. Lopez Llausas, 1954. 1761p.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *Discurso do sujeito coletivo*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005. 138p.

MARCONDES, D. *Textos básicos de ética de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 157p.

MOORE, N. A sociedade da informação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *A informação: tendências para o novo milênio*. Brasília, 1999. p. 94-108.

OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 255p.

ORTEGA Y GASSET, D. J. *Misión del bibliotecario*. México: ED LVI Legislatura de La H. Cámara de Diputados y su Comité de Biblioteca e Información, 1997.

RASCHE, F. *Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários*. Florianópolis, 2005. 219f. Dissertação [Mestrado em Ciência da Informação] – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFSC, Florianópolis, 2005.

SOUZA, F. C. de. *Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas*. Florianópolis: EDUFSC, 2002. 165p.

VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 267p.

VILAR, P. *A guerra da Espanha – 1936-1939*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 110p.

Data de envio: 22/06/2011

Data de aceite: 10/10/2011